

# MIRAGEM DO EMPREGO

*Pedro Demo\**

*Abstract*

*Employment always served as a consolation for capitalist economic growth. Remunerations could be highly unsatisfactory, and income concentration never overcome, but at least there was employment to the extent people talked about a society of employment or a society of salaries. Today this has become a mirage. There was never full employment, except sporadically in special periods, as in the early days of the welfare state. Now, not a chance. Growth without increased employment is part of the global competitive economic structure. Intensive knowledge production and use facilitate the logic of relative surplus value: the worker's strength is less exploited than his or her intelligence. It is perfectly possible to produce more and better with less labor costs. To find jobs for 10 million workers becomes an impossible task because if this happened the economy would cease to be competitive, as most of those workers do not have adequate qualifications. It seems that neoliberalism is leading us into an impasse.*

*Keywords: Employment; Employment Policy; Social Policy; Brazil; Labor Market; Capitalism.*

O emprego sempre foi o consolo do crescimento econômico capitalista. As remunerações podiam ser muito insatisfatórias, a par da concentração de renda nunca debelada, mas pelo menos havia emprego, a ponto de se falar da sociedade do emprego ou da sociedade do salário. Hoje isto tornou-se miragem. Pleno emprego nunca existiu, a não ser muito esporadicamente, em momentos especiais, como no início do welfare state. Agora, nem pensar. Faz parte da estrutura da economia competitiva globalizada crescer sem aumentar o emprego, porque produção e uso intensivos de conhecimento facultam a lógica da mais-valia relativa: explora-se menos a força, do que a inteligência do trabalhador. Pode-se facilmente produzir mais e melhor com menores custos da mão-de-obra. Torna-se tarefa impossível pretender colocar no mercado 10 milhões de desempregados, porque, se isto ocorresse, a economia deixaria de ser competitiva, já que grande parte deles não está devidamente qualificada. O neoliberalismo parece nos levar a um impasse.

Entre as promessas mais capciosas dos políticos hoje em dia está a do emprego. Precisamos por volta de 10 milhões de empregos novos para dar conta da massa crescente de desempregados, sem falar que a maior parte das pessoas que trabalham se encontra no setor informal. O fato é que a economia organizada, que se quer competitiva e globalizada, não representa mais a expectativa de inserção no mercado de trabalho da maioria trabalhadora. Esta expectativa está em refluxo sistemático, acompanhada da queda do valor real dos salários (Rifkin, 1995; Bridges, 1995)<sup>1</sup>. Este cenário lembra a preocupação da década dos 90 na França, quando surgiam análises alarmantes sobre o crescimento da exclusão social (Demo, 1998)<sup>2</sup>, chegando-se ao ponto de considerar que estaríamos perante uma “nova questão social” (Bourdieu, 1998; Forrester, 1997; Todd, 1998)<sup>3</sup>. Assombrou a Europa o espectro do Terceiro Mundo, embora não se tratasse de nova questão social, já que continuamos dentro do capitalismo, ainda que em fase ulterior. Esta fase já fora prevista por Marx através do conceito de mais-valia relativa, caracterizada pela introdução de ciência e tecnologia nos processos produtivos, o que iria permitir mudanças profundas no modo capitalista de produção, a começar por encurtar o tempo de trabalho e sobretudo pela possibilidade de reduzir a necessidade de mão-de-obra. A exploração capitalista não se satisfaria com a espoliação da força física do trabalhador. Iria preferir a espoliação de seu cérebro (Castells, 1997)<sup>4</sup>. Enquanto a mais-valia absoluta se baseava na exploração intensiva da força de trabalho, visualizada sobretudo no tempo alargado de trabalho, a mais-valia relativa permitiria, com investimento crescente em aprendizagem e conhecimento, avançar exponencialmente na produtividade e respectiva taxa de lucro (World Bank, 2002; Hargreaves, 2003; Sepúlveda, 2003; Gurgel, 2003)<sup>5</sup>.

Neste texto pretendo ressaltar que a situação vivida hoje pela sociedade brasileira, que clama por empregos, mas não consegue inserir-se no mercado, reproduz a mesma miragem capitalista de sempre, agora apenas muito mais exacerbada pela competitividade globalizada. O tempo passa e os empregos não aparecem, porque faz parte da dinâmica produtiva deste sistema, sempre que possível, reduzir a necessidade de mão-de-obra, além de precarizar as condições de trabalho. A idéia clássica de crescer para gerar empregos vai se esvaindo, esfarelando tanto a expectativa de que crescimento redundaria na redistribuição de renda, quanto a de que crescimento daria conta dos desempregados. É perfeitamente possível crescer e concentrar renda, bem como crescer e reduzir a oferta de emprego. O capitalismo ainda é aquele, mais do que nunca, embora em outro momento histórico (Castro, 1979)<sup>6</sup>. Primeiro, tento organizar conceitualmente este questionamento, para, depois, assinalar possíveis

alternativas face aos desafios atuais da política social (Demo, 2003)<sup>7</sup>.

## I. MISÉRIA DO CAPITALISMO

Não vou repetir aqui a argumentação marxista in extenso, porque é sabida, nem pretendo com isso supor que a única análise possível seja pela via marxista. Esta é apenas um olhar, mas que considero ainda o mais atual, embora, para ser aplicado aos dias de hoje, necessite obviamente de reparos (Wright, 1993; Habermas, 1983; Begley, 1995; Gorender, 1999; Mészáros, 2002)<sup>8</sup>. O capitalismo ainda é aquele, porque se trata do mesmo sistema, mas está em outro momento histórico, cuja continuidade está imersa em mudanças de profundidade notável, como a passagem da mais-valia absoluta para a relativa. As análises prevalentes acentuam em excesso as novidades, muitas vezes decantadas como horizontes alvissareiros, em particular nos primeiros textos sobre globalização, pintada esta como nova era de progresso para todos (Ianni, 1996, 1996a)<sup>9</sup>. Esconde-se, quase sempre, que, sob o pretexto de um sistema que prefere o trabalho inteligente (Rifkin, 2000; Schiller, 2000; Lewis, 2000)<sup>10</sup>, ruge a inteligência do sistema que soube se rearmar em torno do mercado neoliberal, ao mesmo tempo que foi retirando de cena o welfare state (Kim, 2000)<sup>11</sup>. O lado mais preocupante desta versão está, porém, na expectativa de certa esquerda de que o Estado seria o garante da cidadania, como se não se tratasse de Estado capitalista. Cruzam-se aí duas banalidades analíticas: de um lado, a euforia sonsa do neoliberalismo embalada no pensamento único – fora deste tipo de mercado não haveria salvação; de outro, a saudade perdida de que o Estado seria o protetor dos pobres, em ambiente de assistência universal – as pretensões de auto-sustentação e emancipação se esvaem. Assim como já prevalece a tese de que o socialismo real, até hoje, não passou de expressão no fundo capitalista (Kurz, 1996, 1997; Mészáros, 2002)<sup>12</sup>, dever-se-ia perceber que o welfare state nunca resgatou o Estado capitalista, por maiores qualidades que seja o caso reconhecer em seu início. O welfare state foi e é conquista memorável, mas é troféu capitalista. Não representa alternativa genuína. Deste questionamento não segue, claramente, que o Estado deva ser diminuído e muito menos privatizado, mas que a qualidade possível que ele eventualmente detenha provém da cidadania da sociedade organizada (Demo, 2001)<sup>13</sup>. Assim como é impróprio vender a idéia de que o mercado liberal é a única saída, não é menos impróprio vender a expectativa de que este Estado seja nossa garantia de cidadania. Do mesmo modo como o mercado liberal nos promete, de maneira fraudulenta, que a mão invisível da oferta e demanda levaria naturalmente ao equilíbrio social, o Estado nos acena, também de maneira fraudulenta, que ao pobre cabe confiar nas políticas sociais estatais. Bastaria lembrar que a “renda mínima”, sem falar no erro crasso deste conceito, começa com R\$ 15,00! Esta quantia é, emblematicamente, o garante da cidadania!

Interessante reconstrução da visão marxista foi oferecida recentemente por Holloway (2003)<sup>14</sup>, com a vantagem de preservar o olhar do Terceiro Mundo (este autor vive hoje no México e está ligado a movimentos sociais mexicanos). Defende a tese forte de “mudar o mundo sem tomar o poder”, ainda que de modo muito inconcluso, não só porque titubeia entre os conceitos de não-poder (eliminação do poder) e de antipoder (outro tipo de poder), mas principalmente porque concede que ninguém sabe ainda como mudar o mundo sem tomar o poder. Por certo, esta idéia encontra alguma guarida na teoria marxista da eliminação do poder político, hoje muito acentuada por Mészáros (2002)<sup>15</sup>, ainda que fora de contexto, porque Marx aparentemente confundia poder político com poder burguês, assim como confundia Estado com Estado burguês. Na “Comuna de Paris” (Demo, 1985)<sup>16</sup>, um texto de sua velhice madura, Marx aceita a existência do Estado, com “poucas, mas importantes funções”, e lamenta a queda da Comuna ocasionada também por problemas de despreparo histórico e político dos trabalhadores. É mister levar em conta que Marx sempre foi, no fundo, anarquista, mas mesmo assim, nunca deixou de usar a nomenclatura da “economia política” e da ditadura do proletariado. Embora não falem marxistas que desconfiem da vocação revolucionária do proletariado (Gorender, 1999; Konder, 1988, 1992)<sup>17</sup>, isto não elide o reconhecimento de que revolução não pode restringir-se à mudança do modo de produção. O argumento principal, já de cariz tendencialmente pós-moderno, é que realidade tão complexa e não linear não pode ser bem apanhada pela noção de “infra-estrutura” única, linear (Demo, 2002)<sup>18</sup>. A dimensão política não seria menos “infra-estrutural”, se entendermos este termo como indicando as bases mais profundas e condicionantes de qualquer mudança histórica decisiva e radical. Temos aqui polêmica sem fim, que precisa conservar-se aberta, mas aponta para desafio descomunal de radicalidade inaudita, já que postula, no fundo, um mundo sem poder.

Holloway critica também a tradição marxista de “tomar o Estado”. “Se o paradigma estatal foi o veículo de esperança durante grande parte do século, se converteu cada vez mais no assassino da esperança à medida que esse século avançava. A aparente impossibilidade da revolução no começo do século XXI reflete, na realidade, o

fracasso histórico de um conceito particular de revolução, o conceito que identificava revolução com o controle do Estado” (Holloway, 2003)<sup>19</sup>. O Estado continua sendo fetichizado como se tivesse autonomia, enquanto não faz mais que colaborar para manter o sistema capitalista. Ao lado do argumento histórico, apresenta outro de sentido mais geral: “Não se pode construir uma sociedade de relações de não-poder por meio da conquista do poder. Uma vez que se adota a lógica do poder, a luta contra ele já está perdida” (Holloway, 2003)<sup>20</sup>. Questiona Foucault, porque, embora tendo percebido dimensões mais complexas do fenômeno do poder (por exemplo, múltiplas resistências, presença microfísica etc.), não teria sabido ir além do poder como tal. Ocorre que Holloway entende poder como “fragmentação das relações sociais” (Holloway, 2003)<sup>21</sup>, assumindo o Estado como sendo apenas “um elemento no despedaçamento das relações sociais” (Holloway, 2003)<sup>22</sup>. Esta percepção do Estado é excessivamente drástica, não só porque desconhece a correlação de forças em que se insere via de regra, mas sobretudo porque é possível conceber e implantar um Estado qualificado pelo devido controle democrático. No capitalismo isto é sobremaneira difícil, mas não impossível (Goyard-Fabre, 2003)<sup>23</sup>. A discussão de Holloway, à revelia, aponta para a necessidade de conceber mudanças em profundidade muito maior, que vão além dos estereótipos clássicos do ortodoxismo marxista encerrado na mudança de modo de produção ou na virada infra-estrutural. Esta continua essencial, mas não dá conta, sozinha, da complexidade da sociedade histórica.

Deixando de lado a polêmica em torno do poder, Holloway retoma a questão da alienação em Marx voltada para o resgate do trabalho como única fonte de valor e centrada na categoria do fazer. Primeiro, é o caso de acentuar sua noção de “grito” radical, porque no princípio não era o verbo, mas o grito, bem no contexto da dialética negativa da teoria crítica (Freitag, 1986)<sup>24</sup>. A capacidade de questionar e resistir assoma como uma das estratégias fundamentais da mudança, vivificada pelo compromisso de não mudar dentro da lógica prevalente, já que nela se iria, de novo e sempre, sucumbir. Esta visão é inconclusa, mas tem o mérito de resgatar a categoria mais radical de alternativa. Segundo, Holloway<sup>25</sup> repõe com grande verve um aspecto fundamental da teoria marxista fincado não só no trabalho como única fonte de valor, mas no valor do trabalho. Embora a acentuação do valor do trabalho possa facilmente incidir na expectativa weberiana do “espírito do capitalismo” (Rosso, 1996)<sup>26</sup>, a própria preferência pelo conceito de “fazer” histórico denota que se trata de realçar a legitimidade de um projeto próprio de desenvolvimento sem o domínio do caráter abstrato da mercadoria. Para Marx<sup>27</sup>, trabalho definia, em grande parte, a essência do ser humano, porque, mesmo ambíguo (realiza e espolia o ser humano), é através dele que a história é feita, mudada, degradada e sublimada. Seu conceito de alienação gira em torno do resgate do trabalho, não de idéias, em grande parte porque tinha em mente que resgatar a dignidade humana é incisivamente resgatar o trabalho. O conceito de mais-valia abria outro horizonte de análise, à medida que explicava a dinâmica da exploração do trabalho por quem não trabalha: do valor gerado pelo trabalhador, somente ínfima parte (salário) lhe era creditada, enquanto a maior parte era confiscada pelo capitalista que não trabalha. Pode-se sempre colocar reparos nesta visão marxista, por exemplo, se trabalho é a única fonte de valor, ou se o capitalista não trabalha e por conseqüência se o único trabalho reconhecido deveria ser aquele do proletariado, mas parece nítido que Marx queria, com sua análise crítica do capitalismo, restaurar o que lhe pareceria mais determinante da dignidade humana, o trabalho. Embora tenha deixado muito poucas indicações do que seria a sociedade futura (comunismo), uma das expressões mais explícitas é a da associação de trabalhadores livres, que já não trabalham para o capital, mas para si. O trabalho já não seria alienado, porque se orientaria pelo valor de uso, não de troca. Cada um segundo suas possibilidades e a cada um segundo suas necessidades. O “horror econômico” para Marx seria a degradação do trabalho em primeiro lugar, porque é assim que o capital coisifica o ser humano, cuja relação abstrata tiranizante mais drástica é a forma dinheiro: dinheiro não é mais que mera forma, relação totalmente abstrata, e mesmo assim domina o ser humano. Este é espoliado de seu conteúdo histórico, de seu cerne, visualizado no valor do trabalho.

Na mais-valia relativa é possível fazer recuar o trabalho braçal, mas continua, em outra dimensão, a mesma dinâmica espoliativa do trabalho mental, aprofundando a alienação do trabalho que, agora, não se refere apenas aos braços, mas ao cérebro. O vilipêndio da mente poderia ser visto como ápice da voracidade espoliativa do capital, reduzindo o ser humano a simples mercadoria, não mais voltada apenas para a apropriação do produto braçal do trabalho, mas do sentido da vida humana, à medida que se subjugava a mente do trabalhador. É por isso que muitos autores se sublevaram contra a tese eurocêntrica do caráter já secundário da categoria trabalho na vida das pessoas, porque, ironicamente, mesmo sendo possível reduzir o dia de trabalho na mais-valia relativa, nunca se correu tanto atrás de trabalho (Antunes, 2000, 1997)<sup>28</sup>. É por isso também que não se trata de nova questão social, mas da mesma questão social capitalista em outra fase. A análise marxista, apesar dos óbvios reparos de que carece para ser aplicada aos dias de hoje, continua certa, porque escancara, mais que outros

enfoques, o caráter anti-social do capitalismo, extremamente agravado nesta fase competitiva globalizada. O pleno emprego nunca passou de canto da sereia, porque ocorreu excepcionalmente na história, como no início do welfare state, jamais como marca tipicamente generalizável do sistema. Não se poderia esquecer que a implantação do welfare state esteve condicionada, dialeticamente falando, à gestação do Terceiro Mundo, sem falar que ocorreu numa dúzia de países apenas e por 30 anos. O exército de reserva é ingrediente essencial da dinâmica do capital, porque o emprego comparece como subproduto e a contragosto, nunca como razão de ser do sistema produtivo. Uma vez tínhamos este relativo consolo: crescer para produzir emprego. Hoje isto vai se tornando miragem, porque é cada vez mais possível crescer para desempregar. Faz parte da lógica da maisvalia relativa ou da economia competitiva globalizada inserir nos parâmetros de sua produtividade a redução ao mínimo possível dos custos do trabalho humano. A volta do liberalismo, sob o epíteto de neoliberalismo, significou, contra o welfare state, a recuperação da centralidade do mercado liberal, do que decorreram todas as conseqüências hoje presentes em nossa realidade: desregulação do mercado, precarização do trabalho, desconstrução dos direitos trabalhistas, liberdade sem peias para o capital, preferência especulativa do capital, ajustes financeiros e fiscais, redução/ privatização do Estado, compressão dos gastos sociais etc.. Na verdade, num primeiro plano, nada de novo. Tudo faz parte da lógica abstrata de mercadoria. Antes, nos bons tempos do welfare state, ficou a impressão trivial de que o crescimento econômico resolveria, por si, os problemas sociais, em particular pela produção de emprego. Com a intervenção do Estado, declarado protetor dos pobres, seria possível combinar capital e trabalho na devida proporção. Deixou-se de lado que o fator redistributivo de renda nunca foi o crescimento simplesmente, mas a presença da cidadania coletiva organizada, em especial dos sindicatos. Para o redistribuição), não basta gerar riqueza (Polanyi, 2000)<sup>29</sup>. É mister o confronto que leve a expropriar renda em favor dos excluídos. Isto ocorre propriamente na arena política, não econômica. Num segundo plano, porém, há que se levar em conta as novidades da hora, como a informatização dos processos produtivos, uso e produção de conhecimento inovador, automatização de vários segmentos da produção, velocidade dos avanços tecnológicos, globalização do sistema capitalista, e assim por diante. Esta avalanche foi capaz de provocar o pensamento único, no sentido de que só o mercado capitalista é possível e viável. Como resultado temos dupla antinomia absurda: 80% da população do planeta são pobres; a agressão ambiental já atinge as raias do irreversível (Wilson, 2002; Sachs, 2000)<sup>30</sup>. O desemprego cresce no mundo (Dupas, 2000; Dowbor, 2004)<sup>31</sup>, enquanto os sindicatos sofrem crise sem precedentes, restando-lhes a defensiva, revelando dupla face deste desatino: os empregos decrescem, por força do contexto da mais-valia relativa; em seu lugar entra em cena o trabalho precarizado, tanto mais subordinado à lógica abstrata da mercadoria. A globalização, longe de globalizar as oportunidades, globalizou sobretudo os malefícios (Stiglitz, 2002)<sup>32</sup>.

A marca excludente do sistema capitalista torna-se agora ainda mais escancarada e cada vez mais provocativa. Esconde-se por trás das decantadas virtudes da produtividade atual – voltada para o consumidor, inovadora, informatizada, embalada pela energia disruptiva do conhecimento e da aprendizagem, interessada em trabalhadores que sabem pensar, orientada pela qualidade total – que a lógica abstrata da mercadoria não só continua a mesma, como se exacerba sem precedentes (Fiori, 1995,1997; Tavares; Fiori, 1997; Oliveira, 2003)<sup>33</sup>. É importante sim um trabalhador que continue estudando, dê conta das inovações tecnológicas, aprimore as técnicas de relações humanas, mas por conta da produtividade, não de sua cidadania (Frigotto; Ciavatta, 2001)<sup>34</sup>. O “saber pensar” vem partido ao meio: fica-se com a qualidade formal – saber lidar com conhecimento inovador e inovar-se –, enquanto se abafa a qualidade política, para evitar que se questione o sistema produtivo. Como sugeria Marx, o sistema capitalista alcança níveis impressionantes de produtividade, mas sempre em meio à miséria crescente dos trabalhadores. É o preço de ter como fulcro central fatal o lucro, não o bem comum. O trabalho é apenas mercadoria, cujo valor deve ser, sempre que possível, aviltado.

## II. PESADELO DO EMPREGO

Um espectro ronda o Brasil: 10 milhões de desempregados. Este espectro se configurou mais claramente na campanha eleitoral presidencial de 2002, quando todos os candidatos, de uma forma ou outra, acenavam com a capacidade de resolver este desafio. Como todos os números, em grande parte são forjados, para mais ou para menos. Se levássemos em conta que, entre nós, o desemprego não é a referência mais concreta, já que não existe, na dimensão mínima, seguro-desemprego, teríamos que contar os subempregados também, o que levaria esta cifra para a estratosfera. Subemprego designa a situação de trabalho precário, marcada por inúmeras vicissitudes, tais como: trabalho precoce ou tardio (criança ou idoso que precisa trabalhar); trabalho mal remunerado (abaixo do salário mínimo); trabalho sem proteção legal; trabalho marcado pela queda real da remuneração no tempo; trabalho repetitivo, estúpido, imbecilizante; e assim por diante. Fazia parte do refrão eleitoral a noção já obtusa de que o crescimento seria a solução. Em parte é verdade. Se os empregos são criados na produção econômica,

esta precisa crescer para que existam mais empregos, mesmo que a economia esteja guinando para o setor de serviços. Em parte é meia verdade. A economia que mais emprega não é a mais moderna, globalizada e competitiva, mas a economia pequena, cujo poder de fogo é sempre muito mais relativo. Em parte é mentira. Faz parte da dinâmica competitiva globalizada duplo assalto ao trabalho: processos informatizados são sempre preferidos ao emprego da mão-de-obra, o que pode unir virtuosamente o aumento sem precedentes da produtividade e a queda da necessidade de contratação de trabalhadores; as vantagens comparativas entre empresas passam fortemente pela capacidade de produzir mais e melhor com custos menores, do que segue a necessidade de livrar-se das exigências trabalhistas e de precarizar crescentemente o trabalho. Setores uma vez muito empregadores hoje se notabilizam pelo uso de máquinas eletrônicas de atendimento, como é o caso notório dos bancos.

A partir desta ótica, os 10 milhões de empregos não podem ser resolvidos pela economia competitiva globalizada, porque é espúria esta expectativa. Mais que isso, é contraditória: se esta economia aceitasse, por hipótese, contratar esses desempregados, deixaria de ser competitiva e produtiva. Pode-se correr mais facilmente o risco contrário: à medida que o tempo passa, criam-se cada vez menos empregos, de tal sorte que, enquanto a acumulação de capital se apressa e alcança níveis astronômicos, o volume de empregos oferecidos vai murchando sistematicamente. Alguns desses empregos podem tornar-se mais atraentes, mas isto não compensa o estrago social generalizado. No fundo desta problemática há outra talvez mais grave na massa de trabalhadores brasileiros: predomina ainda o perfil do trabalhador desqualificado. Isto o torna inaproveitável pela economia avançada, porque este trabalhador não faz parte da economia do conhecimento. Pode até colher alguma rebarba, mas tipicamente dentro do sentido precarizado do trabalho. Para dar conta deste repto astronômico, sugerem-se cursos profissionalizantes, geralmente rápidos e sumários, escamoteando outro truque do capital: em tais cursos nega-se o acesso adequado ao conhecimento, porque não passam de sessões de treinamento instrucionista, não levando ao saber pensar (Demo, 2000)<sup>35</sup>. Movimenta-se aí capital do trabalhador (Fundo de Apoio ao Trabalhador – FAT), não sua habilidade de aprender e conhecer. A ironia é que se acena com acesso ao conhecimento para entrar na economia do conhecimento, enquanto se priva o trabalhador daquele conhecimento disruptivo que o poderia ajudar nesta jornada (Demo, 2004)<sup>36</sup>. Para enfrentar adequadamente este problema é mister refazer o sistema educacional, onde reside outro atraso incomensurável (Demo, 2004a)<sup>37</sup>. Assim, não se escapa de constatar que existe contradição das mais agudas entre o que poderia oferecer a economia competitiva globalizada e as necessidades concretas de nossa mão-de-obra desempregada. Neste sentido, prometer a criação de 10 milhões de empregos, se é que isto ocorreu – normalmente os candidatos diziam que precisávamos deste montante de empregos – só podia ser estratégia de campanha eleitoral.

Entretanto, existe um tipo de economia que é capaz de criar empregos em montante significativo, não porque tenha este objetivo – o capitalismo não tem este objetivo claramente – mas porque usa processos produtivos mais intensivos de mão-de-obra e pode adequar-se mais facilmente ao traço desqualificado da mão-de-obra predominante. Trata-se do pequeno empreendimento, da economia dita informal e da economia dita popular ou solidária. Quanto ao pequeno empreendimento, constitui a esfera da pequena e microempresa formalizada, menos sofisticada tecnologicamente falando e que usa processos informatizados com moderação. Não precisa ser exageradamente atrasada, mas certamente não tende a fazer parte do mundo competitivo globalizado. Mais propriamente, gravita em torno desse. Não visa à exportação, a não ser como subsidiário de empresas maiores exportadoras. Serve mais facilmente a mercados localizados, a demandas costumeiras e muitas vezes é negócio mais ou menos familiar. Como é sabido, o grande empregador de mão-de-obra, sobretudo da menos qualificada, está neste meio. A grande empresa, sobretudo aquela tipicamente competitiva, tem sua importância no volume de capital e produção que movimenta, não como empregadora de mão-de-obra. Certamente é complicado definir o que seria pequeno empreendimento, não só porque os critérios variam muito (por número de empregados, por volume de capital, por tipo de produção, por movimentação financeira), mas porque não é fenômeno linear. Há empresas pequenas com alta potencialidade tecnológica, que ocupam nichos estratégicos da produção e nisto podem deter enorme importância no ciclo produtivo, movidas muito mais pela energia do conhecimento inovador do que pelo peso dos produtos. Típico, porém, é o caso do pequeno empreendimento que tem dificuldades de sobreviver, não tem acesso fácil a financiamento e tecnologia, disputa mercados apertados e não detém qualidade mais visível. Grande maioria das pequenas e microempresas desaparece rapidamente, por inúmeras razões que vão desde a dificuldade de concorrência, gestão inadequada, falta de financiamento e capital à precariedade da mão-de-obra, burocracia estatal etc..

Quanto à *economia informal*, primeiro é mister levar em conta que a maioria dos trabalhadores já se encontra no setor informal, o que coloca o setor organizado como retaguarda. Segundo, este dado já indica que é impróprio

esperar que 10 milhões de desempregados se alojem no setor organizado, porque a história tem mostrado seu recuo ajuizada de voltar a ocupar o espaço predominante no curto prazo. O setor dito informal também é complexo ao extremo, já que cabem nele empreendimentos também ilegais (tráfico, empresas que fogem da legalização para não pagar impostos, por exemplo), ao lado de outros que, eventualmente, podem ter potencialidade tecnológica, como são empreendimentos virtuais hoje, e autônomos de toda sorte que fazem bicos ou coisa parecida. O que interessa nesta discussão é a economia informal que retrata alguma iniciativa própria das pessoas e grupos, não consegue ou ainda evita a legalização da empresa, contrata mão-de-obra sem enquadramento legal, por vezes é estrita ou predominantemente familiar, e oferece produtos e serviços de qualidade mediana. O comércio informal é floração típica: vive à sombra do comércio legalizado, no fundo fazendo quase sempre concorrência “desleal”, vende em pequena quantidade para caber também no poder de compra de pessoas mais pobres, emprega familiares de preferência. Não se trata apenas de “empresários”, geralmente chamados de microempresários, mas também de autônomos que ou procuram, por iniciativa própria, ocupar algum lugar no mercado (oferecendo serviços, por exemplo), ou são obrigados a recorrer à informalidade para sobreviver. Este tipo de microempresário está menos próximo do empresário do que do trabalhador precarizado. É apenas pleonasma compará-lo com o grande empresário. Apesar de toda sua precariedade, porém, tem um lado social fundamental: cria emprego, sobretudo cria emprego para gente simples. Espaço também típico é a agricultura familiar, geralmente informal e que tem recebido alguma atenção, tanto porque pode ter importância no abastecimento, quanto sobretudo porque evitaria que o agricultor migre para as cidades. “Fixar” o homem ao campo é idéia fixa urbana, não proposta de gente do campo. Esta, como regra, ou sai atraída, ou sai expulsa, dentro da dinâmica capitalista. Torna-se perspectiva mais palatável quando se imagina o empreendimento familiar próximo da área urbana, não só porque isto pode diminuir a ilusão urbana, mas também porque o acesso a mercados é mais facilitado.

Quanto à *economia popular ou solidária*, deposita-se nela enorme expectativa, por conta da recente polêmica em torno de sua potencialidade alternativa, conforme se pode apreciar principalmente no conceito de “produzir para viver” de Santos (2002a)<sup>38</sup>. Pareceria exagerada esta expectativa (Demo, 2002a)<sup>39</sup>, mas não cabe desmerecer a pretensão alternativa, não só como estratégia de combate ao pensamento único, mas principalmente como desenho incipiente de outros modos de configurar o mercado. Entre outras polêmicas acerbas está ao fundo aquela em torno da cooperativa, já estigmatizada por Rosa Luxemburg no início do século passado e retomada recentemente por Mészáros (2002)<sup>40</sup>: se no início a cooperativa opera sem os traços da mais-valia e do caráter abstrato da mercadoria, ao se firmar e sobretudo se der certo, deixa este aconchego e penetra definitivamente no mercado capitalista, virando, se possível, grande empresa. Foi muito cáustica a crítica de Luxemburg: a cooperativa só realiza seu lado social se não der certo! Seria, assim, apenas resquício, não alternativa. A discussão era tramada dentro do campo minado da reforma do capitalismo, enquanto os críticos mais duros exigiam revolução no pleno sentido deste termo. Entre nós destaca-se o nome de Singer que, embora considerando a economia popular encaixada no capitalismo, realça que detém potencialidade alternativa porque o capitalismo nunca é monolítico a ponto de não permitir vislumbres alternativos (Singer; Souza, 2001)<sup>41</sup>. A cooperativa tem pela frente o desafio ingente de não incidir nas mazelas liberais: não poderia assalariar, todos os integrantes do empreendimento são donos dos meios de produção, não se deveria buscar o lucro como objetivo fatal, trabalha-se, antes de tudo, pelo valor de uso, não de troca, o grupo é a razão de ser do empreendimento, incluindo-se aí necessidades qualitativas de vida, como educação, cultura, informação, comunicação, lazer. Esta condição torna-se ainda mais complicada, se levarmos em conta a noção de Santos de que este tipo de economia precisa forjar a globalização anti-hegemônica, ou seja, precisa ocupar espaço próprio, disputando com a globalização hegemônica, sem nesta perder-se. Parece clarividente esta idéia de Santos: não basta ser alternativa; esta economia precisa impor-se como paradigma formar redes de empreendimentos solidários, também de estilo internacional, global, para que surja o necessário volume de pressão.

Olhando o cenário friamente, é difícil escapar da impressão de que a economia popular seria resquício. É difícil também imaginar como seria viável fazer de tamanha pequenez uma coisa tão grande. Deixando de lado o cansaço e mesmo o asco que o sistema neoliberal nos causa – é predatório demais para se querer imbatível – podemos observar pelo menos duas dimensões que prometem alternativas. De um lado, cabe a argumentação em torno das utopias, que nunca morrem, porque sempre há o que superar em qualquer realidade concreta, em particular numa realidade tão abjeta como a atual. É sobretudo justo que as pessoas excluídas “gritem” (como diria Holloway) contra este sistema que exclui maiorias crescentes, a ponto de gerar “maiorias residuais”. Preocupa que o capitalismo tenha sobrevivido muito além do esperado (a começar por Marx que imaginava ver esta superação ainda em vida na Inglaterra), mas, sendo fase histórica, será superado por força de suas próprias contradições. A exacerbação extrema dessas contradições talvez seja a fonte mais generosa da expectativa de que navegar é preciso. De outro lado, cabe apontar para experimentos que transpiram conotações alternativas, à

medida que realizam a noção de produzir para viver. Cultivam-se valores solidários, identidades culturais, contextos mais igualitários, m e r c a d o s mais voltados ao bem comum, processos produtivos conectados com a qualidade de vida. O fato recorrente de que tais experimentos, se derem certo, deixam seu charme social para trás, como é o caso notório da coo-perativa, não retira sua importância e pertinência. Esta vicissitude vai muito mais por conta do caráter ainda avassalador do sistema neoliberal, do que da fraqueza da economia popular. Com efeito, em ambiente demasiadamente adverso, o êxito alternativo é pouco provável no curto prazo, mas pode deter relevância decisiva no longo prazo. Diga-se ainda que podemos estar presos a conceitos que seria o caso rever, como a questão do assalariamento. Tomado de modo ortodoxo, não seria aceitável, porque faz aparecer a relação de mais-valia. Entretanto, é possível observar muitas dimensões e níveis neste fenômeno, desde as faces mais capitalistas degradantes, até outros tipos de relacionamento, nos quais a dignidade humana não precisaria ser tão vilipendiada. Esta condição pode ser percebida hoje em vastos setores do serviço público: há trabalhadores muito explorados, mas há outros que se encaixam em situações de cidadania expressiva. Não há como comparar o salário mínimo do trabalhador braçal com o salário de um magistrado ou senador, não só porque estes podem receber remuneração que já permite acumular capital, mas também porque podem ver em seu trabalho muito mais a realização profissional satisfatória ou mesmo satisfeita, do que laivos de mais-valia. O capitalismo não se restringe ao assalariamento – este fenômeno sempre existiu de alguma forma – mas caracterize-se por um tipo de assalariamento marcado pela lógica abstrata da mercadoria. Assim, quando uma cooperativa contrata um contador, não precisa necessariamente reduzi-lo a mercadoria. É preciso, porém, reconhecer que este tipo de discussão ainda é tabu na esquerda. Isto posto e tendo em mente a ligeireza desta análise, temos aí a arena na qual se pode imaginar criar empregos em massa. Ainda que não se possa negar o interesse já tradicional neste tipo de economia – sempre tivemos programas para pequenas e microempresas, agricultura familiar – não parece ser a tônica dos últimos governos, que preferem apostar na economia competitiva globalizada, exportadora, tecnológica. Não se trata de descurar desta economia, porque decide a inserção globalizada, mas, se o objetivo é criar empregos, o horizonte é outro. Os governos, sob pressão neoliberal, em particular de acordos com o FMI, cuidam religiosamente dos ajustes fiscais, equacionamento das dívidas externa e interna, da estabilidade financeira, da contenção da inflação, do dólar, do riscopaís. Se olharmos bem, este cuidado está voltado para variáveis sobre as quais o país não tem domínio, a rigor. A globalização das economias tornou-as muito mais controladas de fora do que de dentro. É bem possível que, por conta do cassino financeiro internacional, o dólar dispare e chegue a alturas que demandem toda a energia de um governo, sem poder garantir resultado nenhum. Enquanto isso, a população sobrevive com as sobras, através de políticas sociais que visam, acima de tudo, acomodar os excluídos. É preciso cuidar, obstinadamente, daquela economia que ainda é mais intensiva de mão-deobra, não para desistir dos sonhos/pesadelos globalizados, mas para, combinando variáveis por vezes pouco combináveis, dar o devido peso aos compromissos sociais com maiorias excluídas. É inegável que nesta posição vai um tom amargo, porque já nos conformamos com inserções mais precárias no mercado de trabalho. De certa maneira, necessitamos do atraso para manter esferas econômicas mais afeitas ao emprego da mão-de-obra. Mas é o que no momento nos resta e precisamos fazer.

### III. POLÍTICAS SOCIAIS PEQUENAS

O emprego parece virar miragem. Se tomarmos emprego como aquela ocupação bem paga, dotada de todas as proteções legais possíveis e imagináveis, de preferência com aposentadoria integral e seguro-saúde completo, estabilidade e muitas licenças, isto ficou apenas para nichos estatais corporativistas. Aí se mantém, porque se trata de esferas que detêm parcela eminente de poder ou se encaixam em espaços estratégicos que podem forçar altos salários, como é o caso dos legislativos e judiciários, alguns setores do executivo (polícia federal, receita, Petrobras, previdência etc.), mas que se tornam, cada dia mais, ilhas da fantasia, cujo protótipo é Brasília. O estatuto básico destes nichos é o “direito adquirido”, forjado quase sempre por tramóias legislativas e judiciárias que impõem privilégios dentro da lei. Por certo, todos precisam ser bem pagos. Mas disto se trata: “todos”, não apenas alguns. Enquanto isso, outros setores públicos, não menos estratégicos, como professores básicos e universitários, não recebem qualquer atenção, até porque suas greves já fazem parte do folclore, tão inócuas são. Perante este horizonte, parece claro que grande parte dos trabalhadores só tem como perspectiva o trabalho precarizado. O desemprego, que sempre foi endêmico no capitalismo, agora reaparece com face ainda mais frontal. Não é excrescência. É essência.

Um dos preços desta miséria é o apequenamento das políticas sociais, que passam a restringir-se, em grande parte e tipicamente, a assistências, para manter a sobrevivência de maiorias que, de outra forma, não teriam como sobreviver. Não se pode confundir este tipo de assistência com o conceito adequado de assistência como direito de cidadania, próprio de qualquer democracia e integrante dos direitos humanos (Pereira, 1996, 2000)<sup>42</sup>. A síndrome da assistência está em ser, mais que outras, política social tendencialmente distributiva, facilmente

adaptável ou funcional ao sistema<sup>43</sup>. Manejando conceitos equivocados como “renda mínima”, não impõe ao sistema qualquer compromisso redistributivo, bastando-se com as sobras orçamentárias, porquanto, acima de tudo, há que se cuidar da estabilidade e equilíbrio econômico, de um lado, e, de outro, amansar o pobre. Este tipo de assistência, herança da pior espécie do welfare state tardio, tem como finalidade precípua domesticar os excluídos, para que se contentem com a marginalidade. O emblema desta exclusão são os R\$ 15,00 da bolsaescola. Não é diferente a proposta dos restaurantes populares para enfrentar a fome, já que é meta intransponível colocar todos os famintos em restaurantes populares, sem falar que se construíssemos todos os restaurantes necessários, os maiores beneficiários não seriam os famintos. O programa irá construir alguns restaurantes em algumas cidades mais visíveis, para efeito-demonstração. Ao contrário do que se dizia antes, ou seja, que para resolver o problema da fome de verdade seria mister que o faminto ou possa produzir os alimentos ou comprá-los com devida autonomia, agora basta alimentá-los no limite da sobrevivência. Acresce ainda a pretensão parasitária de considerar assistência política social universal, como se fosse ideal da sociedade inteira ser assistida. Sem falar que é esdrúxulo assistir os ricos, resta o problema lancinante da produção da dependência crônica dos excluídos frente a repasses miseráveis. Trata-se de escandaloso “efeito de poder”, como diria Popkewitz (2001)<sup>44</sup>, já que este tipo de política social mais facilmente cultiva do que enfrenta os problemas. Ao fundo, esfumaçam-se os ideais históricos da autosustentação e emancipação, o que tem levado Santos, entre outros autores, a reivindicar a centralidade dessas noções no debate sobre alternativas (2002, 2002a, 2003)<sup>45</sup>. Não se trata de descartar assistência, porque o direito à sobrevivência é radical e fatal, mas não compensa, muito menos substitui o direito à auto-sustentação e emancipação. O questionamento que aqui se faz vai na direção do efeito que Morin chama de infantilizante (2002)<sup>46</sup> de políticas assistenciais mal conduzidas, bem como se aloca dentro da preocupação de reduzir política social apenas a iniciativas assistenciais e que, nisto mesmo, já se tornam assistencialistas (Demo, 2000)<sup>47</sup>. Em parte esta idéia é tributária do “Estado Protetor”, uma das banalidades mais comuns da imitação tardia do welfare state, e que redundava, entre nós, na idéia oca do Estado como garante dos direitos, escondendo que se trata de Estado capitalista. Há que se levar em conta, ainda, que, tornando-se a miséria tão avassaladora, mesclam-se perversidades cumulativas: de um lado, apresenta-se o Estado como protetor, quando na prática se exaure em proteger o capital; de outro lado, aparece massa ingente de excluídos, para os quais só se podem reservar migalhas. Coisa pobre para o pobre! Não há retrato falado mais acurado do capitalismo do que política social como coisa pobre para o pobre ou como efeito de poder.

São raras as iniciativas contrárias, embora, no plano local, existam muitas experiências que poderíamos aceitar como alternativas. Ultimamente tem chamado a atenção o trabalho de Pochmann (2001, 2002, 2003, 2004)<sup>48</sup> no município de São Paulo, seja pela acuidade de sua análise crítica (tem-se notabilizado pela capacidade de produzir indicadores mais pertinentes da situação de pobreza), seja pelo cuidado teórico e prático das propostas. Estas procuram, sistematicamente, ir além da tendência distributiva, mesclam assistência com educação, promovem o associativismo, insistem na inserção no mercado, proclamam a centralidade da cidadania, democratizam o acesso ao crédito, e assim por diante. Pode-se sempre reclamar que os resultados são pequenos ou que, por vezes, se abusa do conceito de redistribuição, mas talvez seja o que temos no momento de melhor. Embora nem sempre se coloque com clareza suficiente, esta abordagem é muito mais completa, porque tem em mente a problemática da pobreza política, ao lado de assumir que é mister intervir no mercado, caracterizando-o como meio. Casam-se aí três passos cruciais de uma política social adequada: assistência, para todos que têm a sobrevivência em risco; inserção no mercado, para os que querem trabalhar tendo em vista o direito à auto-sustentação; aprimoramento da cidadania, para que os excluídos se tornem artífices de sua própria libertação. O Estado não é o garante da cidadania, mas instrumento crucial dela. Sua qualidade não está nele, mas na capacidade de controle democrático da sociedade.

O maior pomo da discórdia possivelmente sejam concepções rivais de dignidade social. Enquanto uma, própria do welfare state tardio, insiste na dignidade assistida e inventa para esta um protetor duvidoso, para dizer o mínimo e que é o Estado capitalista, outra tenta conservar a tradição emancipatória, mantendo a perspectiva de que cidadania é ainda mais essencial e finca-se na autonomia. Em ambos os lados há, como sempre, virtudes e defeitos. A virtude memorável do Estado assistencial está em reconhecer que sobrevivência é direito incondicional de todos, mas tem como defeito acomodar o pobre no sistema, além de poder incutir dependências irreversíveis. A virtude da cidadania emancipada está em exigir habilidade de história própria, individual e coletiva, capacidade de iniciativa e autogestão, construção do sujeito contra a condição de objeto, mas tem como defeito possíveis petições exacerbadas de autonomia, já corporativistas e mesmo fundamentalistas. Que políticas sociais tenham virtudes e defeitos, é condição própria de dinâmicas humanas complexas e ambíguas, não representando, a princípio, maior preocupação. O problema está em que, no caso da assistência, sua propensão ao assistencialismo seja tão avassaladora, e, no caso da emancipação, só alguns cheguem à cidadania e esta seja mais privilegiada que igualitária (Vasconcelos, 2003; Vieira, 2001)<sup>49</sup>.

No contexto marxista, entretanto, a dignidade humana passa inapelavelmente pela dignidade do trabalho. Esta categoria também é ambígua, como já aludimos<sup>50</sup>, mas, apesar de todos os reparos que possamos fazer no contexto marxista, não cabe desfazer este fulcro essencial de um tipo de análise crítica que privilegiou o direito de trabalhar como signo da realização humana mais profunda. A alienação que subjuga o trabalhador não é aquela que diríamos hegeliana, marcada por distúrbios no mundo das idéias ou das ideologias, mas aquela modulada no materialismo histórico, e que denuncia a mercantilização da expressão fundamental do ser humano como trabalhador (Giannotti, 1966)<sup>51</sup>. A noção de lógica abstrata da mercadoria aponta para a expropriação da essência humana, a separação do trabalhador do fruto do seu trabalho, a coisificação das relações humanas, a desvalorização do único (para Marx) gesto que produz valor. O trabalho não se exaure no direito de auto-sustentação, porque desborda infinitamente este espaço, mas o exige nitidamente, já que o ideal maior é a associação dos trabalhadores livres. É por isso esdrúxula a noção corrente de política social reduzida à assistência, em particular quando pretensamente escudada em categorias críticas do marxismo. Leve-se em conta ainda que o desemprego não significa apenas privação de renda e outras bases materiais, mas implica também a destruição da dignidade humana, destroçando a autoestima, humilhando as pessoas, produzindo dependências acerbadas, insuflando o senso de marginalidade. O que se pode reparar no marxismo, entre outras preocupações, é a tendência, pelo menos em escritos mais pesados da idade madura de Marx, de subestimar o papel da participação humana na construção da própria história, por mais que isto apareça na Comuna de Paris, na ditadura do proletariado e na noção de economia política. O materialismo dialético privilegia fatores objetivos de mudança, centrando-se por isso nas contradições do modo de produção. Daí provém a mudança, não da interferência humana<sup>52</sup>. Sem entrar nesta polêmica, hoje possivelmente não é mais apropriado assumir noção linear de infraestrutura. Faz parte da “infra-estrutura”, desde que definida em tons mais pós-modernos, também a dimensão política, entre outras, do que segue não se poder considerar fator “externo” a cidadania para mudanças históricas de profundidade. É neste sentido que se formulou a noção de “dialética histórico-estrutural”, para equilibrar, na mesma dinâmica complexa não linear, estrutura e história (Demo, 1995, 2000b)<sup>53</sup>.

Olhando por esta ótica, um programa como o “Fome Zero” não pode, jamais, encerrar-se em assistências, que, aí, já seriam assistencialistas. Não se combate a fome, apenas se acomoda o faminto. Assistência é passo fundamental, porque corresponde ao direito de não passar fome, em particular num país abundante em alimentos, mas é crucial avançar até políticas de inserção no mercado de trabalho e de construção da cidadania. De certa maneira, oferecer assistências é mais cômodo e funcional: não se exige redistribuição de renda, não se questiona o sistema como tal, não se compromete o orçamento público, ensaia-se a “responsabilidade social” das empresas e de voluntários, faz-se de conta que todos estão preocupados com esta questão. A “questão social”, entretanto, em seu sentido de confronto entre excluídos e privilegiados, não é tocada. É camuflada. Políticas sociais que evitam o confronto são funcionalistas. Para abrir oportunidades de inserção no mercado de trabalho é mister confrontar-se com o mercado, forçar sua lógica liberal, bater duro. Por mais ambígua que seja esta pretensão, já que implica também cultivar o atraso em termos produtivos econômicos, a dignidade humana precisa falar mais alto do que o atrelamento ainda mais imbecilizante na economia competitiva globalizada. Políticas sociais para combater a pobreza, que conservam o pobre apenas como beneficiário, não fazem mais que consagrar a condição de pobreza, por mais que possam atender ao direito de sobrevivência. Sobreviver, entretanto, nunca é tudo. O pobre precisa rebelar-se. Cidadania ainda é a chave maior da questão.

## PARA CONCLUIR

Este tipo de discussão muitas vezes exala o gosto amargo da luta perdida. Mas, como o sentido da desconstrução só pode ser o da reconstrução, é fundamental manter o senso pela utopia. Ao lado disso, a crise é a mãe das coisas, como diria Morin (2002)<sup>54</sup>. Do ponto de vista dialético, as contradições do sistema produtivo neoliberal parecem incontornáveis, à medida que comprometem o futuro da humanidade e da natureza. Como mudança genuína vem de dentro – não é inventada de fora – podese esperar que, embora demorando muitíssimo mais do que Marx imaginou, o capitalismo evolua para configurações sociais mais igualitárias, do momento em que se supere este modo de produção. Não se trata de prometer os “últimos combates”, como supõe Kurz (1997)<sup>55</sup>, porque não há bola de cristal que anteveja isso. Mas cabe observar que sempre é possível propor políticas sociais mais argutas e profundas, trabalhando ora nas brechas do sistema (crises), ora em seus contornos (economia popular), ora em seus traços cruciais (crédito cooperativo), ora no campo da cidadania (associativismos), etc. A relevância do welfare state está, pelo menos em seu início, em ter mostrado que cidadania bem articulada pode impor ao sistema formações igualitárias notáveis, por mais que não tenha sido capaz de transpor o sistema. Assim como cabe reconhecer que, dentro do capitalismo, políticas sociais tendem fortemente ao funcionalismo que escamoteia o confronto, não cabe menos reconhecer que é decisivo arquitetar políticas sociais que promovam este confronto. Para tanto, porém, é essencial que se afastem políticas sociais que têm como objetivo,

geralmente velado, mas por vezes já ostensivo, evitar o confronto. “Confronto” parece ser palavra imprópria, porque arranha as pretensões de solidariedade. De um lado, há que se levar em conta a solidariedade que imbeciliza (efeito de poder) (Demo, 2002a)<sup>56</sup>. De outro, trata-se aqui da dialética do confronto, que não precisa ser sangrento. O que se diz, claramente, é que mudança desta magnitude implica reordenamento de oportunidades e acessos, redistribuição de renda e poder, emancipação dos excluídos. Não se faz isso sem confronto, por mais que o objetivo seja uma sociedade igualitária. Não se combate a pobreza sem passar por sua face política.

## NOTAS

1 RIFKIN, J. O fim dos empregos: o declínio inevitável dos níveis dos empregos e a redução da força global de trabalho. Rio de Janeiro: Makron Books, 1995. BRIDGES, W. Um mundo sem empregos – jobshift: os desafios da sociedade pós-industrial. Rio de Janeiro: Makron Books, 1995.

2 DEMO, Pedro. Charme da exclusão social. Campinas: Autores Associados, 1998.

3 BOURDIEU, P. (Org.). A miséria do mundo. Petrópolis: Vozes, 1998; FORRESTER, V. O horror econômico. São Paulo: Ed. UNESP, 1997; TODD, E. A ilusão econômica: ensaio sobre a estagnação das sociedades desenvolvidas. São Paulo: Bertrand Brasil, 1998.

4 Castells alude que a destruição de empregos em certos setores seria compensada pela criação em outros. Esta alusão não leva em conta o contexto da mais-valia relativa. Os novos empregos criados dificilmente supõem o mesmo número de pessoas contratadas. Ao contrário, a tendência é de sua redução, pela própria lógica da economia informacional. Faz parte essencial da competitividade fundada em conhecimento disruptivo dispensar mão-de-obra braçal e ficar com o mínimo necessário de trabalhadores intelectuais. CASTELLS, M. . The rise of the network society: the information age: economy, society and culture. Oxford: Blackwell, 1977. v.1

5 WORLD BANK. Constructing knowledge societies: new challenges for tertiary education. Washington, 2002; HARGREAVES, Andy. Teaching in the knowledge society: education in the age of insecurity. New York: Teachers College Press, 2003; SEPÚLVEDA, C. et alii. Sociedade do conhecimento: passes e impasses. Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, n. 152, jan./mar. 2003; GURGEL, C. A gerência do pensamento: gestão contemporânea e consciência neoliberal. São Paulo: Cortez, 2003.

6 CASTRO, A.B. O capitalismo ainda é aquele. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1979.

7 DEMO, P. Pobreza da pobreza. Petrópolis: Vozes, 2003.

8 WRIGHT, E.O. et alii. Reconstruindo o marxismo: ensaios sobre a explicação e teoria da história. Petrópolis: Vozes, 1993; HABERMAS, J. Para a reconstrução do materialismo histórico. São Paulo: Brasiliense, 1983; BEGLEY, L. O olhar de Marx. São Paulo: Companhia das Letras, 1995; GORENDER, J. Marxismo sem utopia. São Paulo: Ática, 1999; MÉSZÁROS, I. Para além do capital. São Paulo: Boitempo, 2002.

9 IANNI, O. A era do globalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996; Id. Teorias da globalização. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996a.

10 RIFKIN, J. The age of access: the new culture of hypercapitalism where all of life is a paid-for experience. New York: Jeremy P. Tarcher/ Putnam, 2000; SCHILLER, D. Digital capitalism: networking the global market system. Massachusetts: MIT Press, 2000; LEWIS, M. The new new thing: a silicon valley story. New York: W.W. Norton & Company, 2000.

11 KIM, J.Y. et alii (Ed.). Dying for growth: global inequality and the health of the poor. Monroe: Common Courage Press, 2000.

12 KURZ, R. O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996; Id. Os últimos combates. Petrópolis: Vozes, 1997. MÉSZÁROS, I. (2002) op. cit.

13 DEMO, P. Cidadania pequena. Campinas: Autores Associados, 2001.

14 HOLLOWAY, John. Mudar o mundo sem tomar o poder. São Paulo: Viramundo, 2003.

15 MÉSZÁROS, I. (2002) op. cit.

16 DEMO, P. Participação é conquista: noções de política social participativa. São Paulo: Cortez, 1985.

17 GORENDER, J. (1999) op. cit. ; KONDER, L. A derrota da dialética. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1988: Id. O futuro da filosofia da práxis: o pensamento de Marx no século XXI. Rio de Janeiro: Paz e Terra, Konder, 1992.

18 DEMO, P. Complexidade e aprendizagem: a dinâmica não linear do conhecimento. São Paulo: Atlas, 2002.

19 HOLLOWAY, John. (2003) op. cit., p. 25.

20 Id. ibid., p. 32.

- 21 Id. *ibid.*, p. 114.
- 22 Id. *ibid.*, p. 115.
- 23 GOYARD-FABRE, S. O que é democracia? Lisboa: Martins Fontes, 2003.
- 24 FREITAG, B. A teoria crítica: ontem e hoje. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- 25 HOLLOWAY, John. (2003) *op. cit.*
- 26 ROSSO, S. D. A jornada de trabalho na sociedade: o castigo de Prometeu. São Paulo: LTr, 1996.
- 27 MARX, K. Contribuição para a crítica da economia política. Lisboa: Estampa, 1973.
- 28 ANTUNES, R. Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000; ANTUNES, R. et alii. Neoliberalismo, trabalho e sindicatos. Brasília: Boitempo, 1997.
- 29 POLANYI, K. A grande transformação: as origens da nossa época. Rio de Janeiro : Campus, 2000.
- 30 WILSON, E. O. The future of life. New York: Alfred A. Knopf, 2002; SACHS, W. Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder. Petrópolis, Vozes, 2000.
- 31 DUPAS, G. Economia global e exclusão social. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000; DOWBOR, L. et alii. (Orgs.). Desafios do trabalho. Petrópolis: Vozes, 2004.
- 32 STIGLITZ, J. E. A globalização e seus malefícios. São Paulo: Futura, 2002.
- 33 FIORI, J.L. Em busca do dissenso perdido: ensaios críticos sobre a festejada crise do Estado. Rio de Janeiro: Insight, 1995; Id. Os moedeiros falsos. Petrópolis: Vozes, 1997; TAVARES, M.C; FIORI, J.L. (Orgs.). Poder e dinheiro: uma economia política da globalização. Petrópolis: Vozes, 1997. OLIVEIRA, F. Crítica à razão dualista: o ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2003.
- 34 FRIGOTTO, G. ; CIAVATTA, M. (Orgs.). Teoria e educação no labirinto do capital. Petrópolis: Vozes, 2001.
- 35 DEMO, P. Conhecer e aprender. Porto Alegre: Artmed, 2000.
- 36 Id. Ser professor é cuidar que o aluno aprenda. Porto Alegre: Mediação, 2004.
- 37 Id. Sociologia da educação: sociedade e suas oportunidades. Brasília: Plano, 2004a.
- 38 SANTOS, B.S. (Org.). Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002a. v.3.
- 39 DEMO, P. Solidariedade como efeito de poder. São Paulo: Cortez, 2002a
- 40 MÉSZÁROS, I. (2002) *op. cit.*
- 41 SINGER, P.; SOUZA, A.R. A economia solidária no Brasil : autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2001.
- 42 PEREIRA, P.A.P. A assistência social na perspectiva dos direitos: crítica aos padrões dominantes de proteção aos pobres no Brasil. Brasília: Thesaurus, 1996. Id. Necessidades humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais. São Paulo: Cortez, 2000.
- 43 Esta pecha, sobretudo no capitalismo, pode fazer parte da educação, fenômeno que Popkewitz capta sob o rótulo de “efeito de poder” (POPKEWITZ, T. S. Lutando em defesa da alma: a política do ensino e a construção do professor. Porto Alegre: Artmed, 2001; DEMO, P. (2004a) *op. cit.* . A diferença está em que educação é lidimamente política social universal (faz parte da sociedade que todos, sem exceção, sejam “bem educados”, mas não faz parte que todos sejam assistidos). 44 POPKEWITZ, T.S. (2001) *op. cit.*,
- 45 SANTOS, B.S. (Org.). Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. v. 1.; Id. (2002a) *op. cit.*; Id. Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v. 3.
- 46 MORIN, E.. La méthode - 5: l’humanité de l’humanité. l’identité humaine. Paris:.. Seuil, 2002.
- 47 DEMO, P. (2000) *op. cit.*
- 48 POCHMANN, M. A década dos mitos: o novo modelo econômico e a crise do trabalho no Brasil. São Paulo: Contexto, 2001; POCHMANN, M. (Org.). Desenvolvimento, trabalho e solidariedade: novos caminhos para a inclusão social. São Paulo: Cortez, 2002; POCHMANN, M.: AMORIM, R. (Orgs.). Atlas da exclusão social no Brasil. São Paulo: Cortez, 2003; POCHMANN, M.; (Org.). Outra cidade é possível: alternativas de inclusão social em São Paulo. São Paulo: Cortez, 2004.
- 49 VASCONCELOS, E.M. O poder que brota da dor e da opressão: empowerment, sua história, teorias e estratégias. São Paulo: Paulus, 2003; VIEIRA, L. Os argonautas da cidadania: a sociedade civil na globalização. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- 50 Cfr. [www.cultvox.com.br](http://www.cultvox.com.br) – texto em que se discute a possibilidade de ver o trabalho com bons olhos.
- 51 GIANNOTTI, J. A. Origens da dialética do trabalho. São Paulo : DIFEL, 1996.
- 52 Consta do “testamento metodológico” de Marx: “Na produção social da sua existência, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade, relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais... Assim como não se julga um indivíduo pela idéia que ele faz de si próprio, não se poderá julgar uma tal época de

transformação pela sua consciência de si; é preciso, pelo contrário, explicar esta consciência pelas contradições da vida material, pelo conflito que existe entre as forças produtivas sociais e as relações de produção” (MARX, K. (1973) op. cit. p. 28. DEMO, P. Metodologia científica em ciências sociais. São Paulo: Atlas, 1995. p. 108.

53 DEMO, P. (1995) op. cit.; Id. Metodologia do conhecimento científico. São Paulo: Atlas, 2000b.

54 MORIN, E.. (2002) op. cit.

55 KURZ, R. (1997) op. cit.

56 DEMO, P. Educação pelo avesso : assistência como direito e como problema. São Paulo: Cortez, 2000a.

\* PhD em Sociologia pela Universidade de Saarbrücken, Alemanha, 1967-1971, e pós-doutor pela University of California at Los Angeles (UCLA), 1999 - 2000. Prof. Titular da Universidade de Brasília (UnB), Departamento de Sociologia (Mestrado e Doutorado em Sociologia). Site: <http://pedrodemo.sites.uol.com.br/>  
E-mail: [pedrodemo@uol.com.br](mailto:pedrodemo@uol.com.br) Recebido para publicação em 15/02/05.